



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC	5982/989/16
Poder	LEGISLATIVO
Município	Vargem Grande do Sul
Entidade	CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE DO SUL
Período	12/2017
Relator	Dr. Sidney Estanislau Beraldo
Unidade Fiscalizadora	UR-19 UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU
Responsável	WILSON LUIS FERMOSELLI RONQUI
Cargo	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF	059.231.218-67
Período de Gestão	01/01/2017 a 31/12/2017

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Poder não possui Restos a Pagar

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2016	R\$ 1.515.265,79	R\$ 88.465.372,23	1,7128%	6,0000%
4/2017	R\$ 1.601.091,36	R\$ 91.212.999,27	1,7553%	6,0000%
8/2017	R\$ 1.632.270,45	R\$ 94.067.506,42	1,7352%	6,0000%
12/2017	R\$ 1.657.351,72	R\$ 94.065.467,89	1,7619%	6,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2017	R\$ 1.628.644,53	R\$ 92.497.486,54	1,7607%	1,7607%
7/2017	R\$ 1.628.345,35	R\$ 93.466.828,50	1,7422%	1,7607%
8/2017	R\$ 1.632.270,45	R\$ 94.067.506,42	1,7352%	1,7607%
9/2017	R\$ 1.640.145,74	R\$ 95.200.588,50	1,7228%	1,7607%
10/2017	R\$ 1.767.091,57	R\$ 96.194.321,20	1,8370%	1,7607%
11/2017	R\$ 1.642.908,95	R\$ 95.059.863,10	1,7283%	1,7607%
12/2017	R\$ 1.657.351,72	R\$ 94.065.467,89	1,7619%	1,7607%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2017, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 1,7619%, sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2017, devendo, portanto, o Poder em questão ser alertado para fins de observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.

Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2017, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

2.4 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ 48.106,29
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	R\$ 939,87
(-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ 47.166,42
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ -5.330,70
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ -5.330,70
Percentual de variação entre e a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	-111,3019%

A situação financeira do órgão piorou entre o período de início e término dos 8 meses finais de mandato do Chefe de Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do disposto no art.42 da LRF.

2.5 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<u>Restos a Pagar Processados</u>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<u>Restos a Pagar Não Processados</u>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Consignações	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Depósitos	R\$ 5.956,30	R\$ 392.128,97	R\$ 398.085,27	R\$ 0,00
Outros	R\$ 0,00	R\$ 2.031.524,90	R\$ 2.031.524,90	R\$ 0,00
Total	R\$ 5.956,30	R\$ 2.423.653,87	R\$ 2.429.610,17	R\$ 0,00

2.6 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 64,62%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 2.100.000,00
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 922,83
Despesas com folha de pagamento	R\$ 1.357.419,93
Despesa com folha/Transferências realizadas	64,62%
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

2.7 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior	R\$ 59.860.647,59
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 573.408,00
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
Apuração do limite	0,96%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,96%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

2.8 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	41807
Receita Tributária Ampliada exercício anterior	R\$ 59.860.647,59
Percentual Máximo Permitido	7,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 4.190.245,33
Total de Despesas do exercício	R\$ 1.793.611,90
Percentual Apurado	3,00%

(*) Dados IBGE ano anterior, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 3,00%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 06/04/2018

Hora da Geração: 21:46:07